



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

**O PERFIL GENERALISTA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: O DECIFRAMENTO
DA QUESTÃO AGRÁRIA A PARTIR DAS CATEGORIAS TOTALIDADE E HISTORICIDADE**

MAILIZ GARIBOTTI LUSA ¹

CAMILA CAMARGO ²

FRANCIELLE DOS SANTOS PINHEIRO ³

RESUMO:

Trata sobre a formação profissional, buscando refletir sobre os elementos que moldam o perfil generalista previsto nas Diretrizes Curriculares e suas implicações na abordagem da questão agrária, a fim de contribuir para a apreensão dialética dos processos sócio-históricos brasileiros que atravessam o cotidiano profissional. Tem base no método em Marx sendo pesquisa exploratória e qualitativa.

Palavras-chave: Serviço social; perfil generalista; questão agrária; totalidade; historicidade.

ABSTRACT:

It deals with professional training, seeking to reflect on the elements that shape the generalist profile provided for in the Curriculum Guidelines and their implications for the approach to the agrarian question, aiming to contribute to the dialectical apprehension of the Brazilian socio-historical processes that affect daily professional work. It is based on Marx's method and is exploratory and qualitative research.

Key-words: Social work; generalist profile; agrarian question; totality; historicity.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Federal de Santa Catarina

1 APRESENTANDO A PESQUISA E O DEBATE

Ao observar as Diretrizes Curriculares do Serviço Social percebemos uma abordagem pedagógica crítica alinhada aos interesses da classe trabalhadora, representando um avanço significativo para o desenvolvimento da direção social estratégica, construída coletivamente pela categoria na década de 1990 e expressa no projeto ético-político profissional, de que as DC fazem parte. Essa abordagem promove uma compreensão crítica da realidade e aponta a necessidade de uma transformação social.

No contexto atual, de consolidação dessas Diretrizes Curriculares, em pesquisa anterior identificaram-se dificuldades da categoria profissional de compreensão da dialética entre os processos constitutivos que formam os espaços rurais e urbanos, cuja causa era identificada por profissionais na formação. Além disso, observou-se que a questão agrária, urbana e ambiental são frequentemente vistas apenas como mais uma particularidade dentre as expressões da questão social, adquirindo o sentido de uma temática específica a ser abordada somente por aquelas/es que trabalham com ela e/ou a estudam. Pelo contrário, para além de serem consideradas expressões da questão social, elas precisam ser reconhecidas como elementos fundamentais e estruturantes da realidade social concreta, que transversalizam a vida social e, logo, o trabalho da/o assistente social. No conjunto destes elementos identificou-se que um ponto de fragilidade poderia estar na efetividade do perfil generalista da formação, previsto de forma expressa nas DC. Assim, considerando esta identificação preliminar da incipiência na abordagem de alguns temas transversais à formação e trabalho profissional, justifica-se a pesquisa.

A partir disso, este artigo pretende refletir sobre os elementos que moldam a concepção do perfil generalista estabelecido pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro (ABESS, 1996) e suas implicações na abordagem transversal entre questões agrária, urbana e ambiental, a fim de contribuir para uma compreensão dialética dos processos sócio-históricos que marcam a formação do Brasil e atravessam o cotidiano profissional. Este trabalho¹ comunica parcialmente os resultados de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida sob a perspectiva do método em Marx, de tipo exploratório e abordagem qualitativa. Para a consecução do objetivo a que se vincula esta

¹ Trabalho construído de forma coletiva no âmbito da Iniciação científica, com a participação de estudante bolsista de IC, estudante voluntária de IC e professora orientadora de IC.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

comunicação foram utilizados os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, e o tratamento a partir da análise de conteúdo.

O texto está estruturado em duas partes. Primeiro, será abordado sobre os processos sócio-históricos que permitiram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, refletindo sobre as consequências da colonização no contexto atual, a partir da categoria totalidade. Em seguida será analisado o caráter generalista da formação em Serviço Social, explorando sua relação com a perspectiva transversal na implementação dos núcleos de fundamentação, propostos nas diretrizes curriculares. O texto encerra com as considerações finais, contendo alguns questionamentos essenciais para a continuidade dos estudos sobre a formação profissional.

2 A FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL ATUAL: HISTORICIDADE E TOTALIDADE NO DECIFRAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Para compreender o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho no Brasil, é necessário contextualizá-la e situá-la na realidade social. Por isso, é imprescindível conhecer o desenvolvimento do capitalismo e a sua dinâmica de correlação de forças entre as classes sociais, suas disputas de interesses e a dialética entre dominações e resistências, considerando o papel do Estado e suas instituições. Não se tratando de uma realidade estática, sem forma e imutável; mas sim, uma realidade em constante movimentação histórica, produzem-se diversas expressões, muitas das quais serão identificadas no cotidiano profissional como matéria profissional.

No processo de revisão do Currículo Mínimo do Serviço Social brasileiro de 1982 e de elaboração das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social brasileiro², já se evidenciou como desafio a definição de conceitos chave como trabalho, questão social, estado, classes sociais, entre outros. Ao identificar os elementos essenciais que compõem a realidade social, é necessário ir além de teorias abstratas e/ou idealistas e entender os fundamentos concretos que organizam a vida social na sociedade capitalista, em sua totalidade.

A perspectiva de totalidade decorre do reconhecimento de um conjunto de articulações dialéticas entre diferentes dinâmicas, atividades, sujeitos, relações, e outros elementos que

² Este processo perdurou entre os anos de 1995 e 1996 com a realização de várias oficinas locais, regionais e nacionais da ABESS, denotando um processo participativo e democrático de elaboração do Projeto de Formação, cuja atualidade permanece até hoje.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conformam a realidade social em diferentes épocas. Segundo o método em Marx, a totalidade é a categoria fundamental que viabiliza a concretude da análise.

A totalidade é uma categoria concreta. É a própria constituição do ser social. É a essência constitutiva do real; por isso mesma, ontológica. [...] Perseguindo tal perspectiva, Marx revelou que o processo de conhecimento se faz através de aproximações sucessivas. Demonstrou que o concreto não é apreensível no plano da imediaticidade, mas representa o produto, o resultado complexo dos movimentos da razão (Pontes, 2016, p. 80; 81).

Essa perspectiva é fundamentada no conjunto de aproximações sucessivas da realidade social, partindo da materialidade concreta da vida dos sujeitos e suas intersecções pelos determinantes de classe social, raça, etnia, gênero, sexo, sexualidade, geração, território, entre outros. As leituras e análises, a partir dessa concepção, requerem superar a imediaticidade, permitindo que o complexo social seja investigado em seu movimento dialético e contraditório, revelado através das relações, que são sempre mediadas, nunca diretas.

A concepção da categoria totalidade pode ser identificada no próprio método marxista ou nos componentes fundamentais que formam o método: o entendimento sensível e material da realidade; a perspectiva de construção da história enquanto processualidade; a concepção dialética sobre as raízes do movimento histórico presentes na atualidade, a partir do qual ela mesma vai se transformando e, com isso, alterando as necessidades sociais de determinado tempo (Marx; Engels, 2007). Esse é o processo de produção da história, da conformação da realidade e, portanto, da construção do que se denomina como totalidade ampla.

Com o avanço dos estágios do capitalismo, a lógica da fragmentação se contrapõe à totalidade, de forma antagônica. Ao tratar sobre a divisão do trabalho e o aumento da acumulação de riquezas, Marx e Engels (2007) dirão que a forma moderna das relações sociais e da própria sociabilidade capitalista é a fragmentação, que se expressa pela perda do conjunto de conhecimentos que conformam uma totalidade e, em seu lugar, a ascensão do aprofundamento da especialização e/ou setorialização dos saberes e do trabalho.

Ao analisarmos a realidade social, observamos que a questão social pré-existente ao Serviço Social, que surge como profissão já no processo de consolidação do capitalismo, o que na particularidade brasileira ocorre no período de industrialização tardia, nos marcos do capitalismo dependente e periférico. Dessa forma, o Assistente Social é convocado a atuar em áreas ou campos específicos de necessidades sociais, atendidas com base em critérios previstos no âmbito de uma política social — saúde, habitação, assistência, etc. —, ou em atenção a um segmento específico da população — como crianças, adolescentes ou idosos (ABEPSS, 1996). Quando esses critérios se cruzam, ocorre o que se denomina por interseccionalidades das expressões da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

questão social, requisitando a construção de respostas qualificadas no âmbito institucional, segundo o reconhecimento de tais particularidades. Assim, criam, por exemplo, campos ou programas específicos, como a saúde da mulher ou a assistência ao idoso, entre outros exemplos.

A partir do método em Marx, duas questões se revelam transversais para a reflexão proposta nesta pesquisa: a questão agrária e a questão racial. Essas questões são discutidas como componentes essenciais da realidade, influenciando de forma significativa a totalidade concreta e cotidiana, manifestando-se através das expressões da questão social, objeto de estudo e trabalho da categoria profissional. Suas raízes estão presentes na formação social brasileira, marcando desde o período da invasão colonial.

É importante registrar que diversos tipos de exploração perfilarão esse período histórico, tanto na força de trabalho de pessoas não brancas, de forma compulsória e violenta, quanto com o uso irracional da terra, através dos plantios de monoculturas para exportação - o que hoje denominamos de commodities³. Gorender (2012) compreende esse período enquanto modo de produção, em que ocorre a acumulação primitiva de capital, que dará base à instalação e consolidação capitalista, que acontecerá tardiamente e de forma dependente. Ele o chama de “escravismo colonial”, em que a acumulação de riqueza é baseada na plantagem e no trabalho dos sujeitos sequestrados em África, escravizados para serem explorados em sua força de trabalho e gerar riquezas acumuladas naqueles que hoje são países de economia central.

A plantagem, de acordo com o autor, é definida como um sistema econômico em que a atividade agrária é central nos modos de produção, coexistindo até mesmo com processos industriais. Tal atividade agrária é desenvolvida em larga escala, a partir da monocultura e com a utilização da força de trabalho não liberta. Como, por exemplo, na produção de cana de açúcar, onde desde o plantio até o processo de refinamento nos engenhos ocorria em um mesmo estabelecimento agrário, sendo uma mistura entre comércio mercantil (servindo à economia externa) e economia natural (consumido pela população local). A primeira tornava-se fonte de riquezas, já a segunda era uma garantia de atendimento às necessidades básicas para a reprodução das elites abastadas e dos próprios trabalhadores, os quais aferiam, de fato, a vantagem econômica advinda da sua atividade produtiva. “O termo engenho assumiu, por sinal, o

³ Commodities: produtos agropecuários produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo (CASTRO, 2022 pág. 15). Factualmente trata-se de produtos primários, que se tornam moedas de valor ao serem inseridos no mercado financeiro internacional, perdendo sua característica primária de alimento.

sentido de plantagem em sua totalidade, abrangendo o cultivo da planta e a transformação industrial da matéria-prima” (Gorender, 2012, p. 154).

No sentido da força de trabalho compulsória, coloca que a escravização brasileira difere de lógicas que a precederam, quais sejam por dívida ou subordinação, pois aqui ela possui uma dimensão distinta, que é a da desumanização. Gorender (2012) exemplifica tal questão usando como analogia o modelo de exploração feudal de suserania e vassalagem, evidenciando as diferenças do nosso contexto, em que inexistia, aos trabalhadores escravizados, o direito de posse de terras próprias e tampouco qualquer outra concessão de autonomia, exceto aquelas advindas dos processos de revoltas e conquistas dos povos escravizados, que se davam através de conflitos e disputas.

Podemos tomar como exemplo material de enfrentamento político na luta pela terra, que demarcou já aquele período do escravismo colonial e perdura até hoje, expresso nas comunidades quilombolas. Perpassando diferentes períodos da história, estas expressões de resistência têm seu princípio no próprio escravismo colonial e perduram, com antigas e novas reivindicações até os dias atuais. Sendo, em primeiro momento, comunidades construídas por africanos escravizados, que após estabelecerem fuga do domínio senhorial, organizavam-se em regiões estratégicas, que, ao longo do tempo, constituíram-se como espaços capazes de promover parcial liberdade a diversos grupos subjugados. Estes, mesmo inicialmente inseridos na lógica colonial, conseguem organizar-se por séculos a partir de percepções políticas centralizadas em diversas cosmovisões africanas, tendo, além da preservação dos modos de vida, o potencial de realizar importantes enfrentamentos políticos.

Embora seja comum a leitura de que o processo de escravidão desta população ocorreu de forma pacífica e conciliadora, com linearidade em termos de período histórico, esta não foi a realidade, pois pelo contrário, a processualidade histórica foi profundamente marcada por diversas formas de resistir e rebelar-se construídas pelos povos escravizados. Nesse sentido, é importante sempre lembrar que, na maioria das vezes, a história é narrada através dos interesses da classe dominadora, fazendo com que diversas perspectivas sejam invisibilizadas através de um apagamento histórico. Clóvis Moura, também considerando o sistema escravista enquanto um modo de produção, já destaca a existência de dois grandes períodos dessa história: o escravismo pleno (1550-1850) e o escravismo tardio (1551-1888) e chama a atenção para os conflitos existentes em ambos períodos, em que através da rebeldia, a população escravizada encontrava sua condição humana diante de um sistema que os coisificava (Moura, 1994).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O escravismo pleno (1550-1850) se configura pelo comportamento das classes fundamentais desse período, onde todos os segmentos e camadas da sociedade terão seus valores e condutas sociais subordinados à dicotomia básica entre “senhores e escravos”. Já o escravismo tardio (1551-1888) contextualiza um período de passagem do escravismo pleno para o trabalho livre, marcado pelas determinações legais criadas e implementadas pelo Estado, enquanto um conjunto que precede e prepara a ‘farsa’ abolição da escravatura em 1888. Dentre estas medidas estão: a Lei de Terras em 1850, fundada para impedir o acesso da população não-branca à terra, que passa a ser comercializada e adquire o *status* de mercadoria; a Guerra do Paraguai, em que foram empregados no exército militar um contingente expressivo de negros escravizados, o que resultou numa espécie de genocídio fruto de decisão política de governo; e também pela política imigrantista, tratando-se de diversas políticas de incentivo à chegada de imigrantes, com o objetivo substituir a mão-de-obra negra pela mão-de-obra branca dos colonos⁴ europeus (Moura, 1994).

Assim, a Lei de Terras de 1850, é um marco importante nesse segundo período, pois as terras devolutas, sem uso, tornaram-se propriedade da Nação, disponíveis para compras, sendo que o Estado – comandado pelos antigos senhores – seriam mediadores das vendas. Neste processo, medidas políticas anteriores asseguraram que as fazendas de monoculturas originadas das concessões das sesmarias, ou mesmo de grandes apossamentos, fossem reconhecidas e tituladas como propriedade privada, possibilitando sua manutenção e, portanto, protegendo os grandes proprietários. Destarte, “[...] o Estado abria mão do seu direito de doar [concessão] e colocava as terras no mercado para quem dispusesse de dinheiro para comprá-las. Com essa reviravolta o Estado passa a ser mero vendedor e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público” (Moura, 1994, p. 70).

Outra legislação que marca esse segundo período é a abolição da escravatura – também ressignificada por farsa abolição da escravatura – de 1888, que não tinha a intenção de promover a liberdade e emancipação dos povos oprimidos, mas sim de construir uma estratégia econômica lucrativa. “Por um lado, o escravo negro que até o final da primeira fase do escravismo (1850)

⁴ Aqui é premente fazer uma distinção entre colonizadores e colonos, sujeitos ligados a um mesmo processo, mas que se diferenciam profundamente em suas singularidades. Aqui colonizadores são as elites e o Estado que decide e implementa tal política colonizadora. Os migrantes são os ‘colonos’ que adentram o Brasil com o fluxo migratório. Os primeiros tem poder político, econômico, social e cultural de decisão. Os segundos não tem este poder, mas encontram-se em situação privilegiada em relação à população pauperizada e aquela destituída de liberdade anteriormente existente no Brasil.

lutara sozinho com sua rebeldia radical e como condutor político independente contra o estatuto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal” (Moura, 1994, p. 81).

No processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, os ingleses estabeleceram o controle da fabricação de produtos de consumo essenciais, impedindo o avanço da economia nacional, principalmente nos setores bancários, ferroviários e industriais em ascensão, criando uma dependência agrária exportadora (Moura, 1994).

Não é à toa que hoje o Brasil é reconhecido como ‘o celeiro do mundo’. É um dos principais países exportadores de alimentos – destinados a se tornarem moedas de valor no mercado financeiro –, que conta com o número alarmante de 33 milhões de pessoas em situação de fome, sendo maioria pessoas negras, e a situação ainda se agrava com o recorte de gênero, sendo a maioria lares chefiados por mulheres negras, com crianças de até 10 anos, que apresentam os índices mais graves de insegurança alimentar no país (Rede PENSSAN, 2022).

As determinações legais implementadas pelo Estado brasileiro na transição do escravismo colonial para o trabalho livre, sem a democratização da terra, com a falta de políticas sociais de inserção e com a ausência de qualquer tipo de reparação histórica - após um sistema escravista que perdurou incessante por três séculos - geram impactos significativos na realidade concreta atual, basta analisar os dados.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 81% de todos os estabelecimentos agrícolas do país que possuem até 50 hectares ocupam apenas 12,8% da área total de terras destinadas à agricultura no Brasil. Em contrapartida, uma fração mínima de 0,3% são de estabelecimentos que possuem mais de 2.500 hectares e ocupam 32,8% de área destinada à agricultura (IBGE, 2020). Ao aprofundar ainda mais a leitura deste mesmo documento, é possível identificar a desigualdade racial na posse de terra, em que 47,9% dos estabelecimentos agropecuários possuem produtores declarados como brancos, proporção maior que a dos estabelecimentos com produtores pardos (42,6%), pretos (7,8%), indígenas (0,8%) e amarelos (0,6%) (IBGE, 2020).

A análise histórica somada à análise dos dados, evidencia que a concentração de terras é fruto de legislações criadas pelo próprio Estado para manter o privilégio dos antigos senhores de escravos, que hoje são os grandes latifundiários, contradição expressa durante a pandemia, quando se formaram “longas filas para o recebimento de ossos, em Cuiabá, capital do Mato Grosso, principal Estado produtor de carne bovina do país e conhecido como centro do agronegócio” (Castro, 2022, p. 15).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

E ainda se engana quem acredita que a fome não atinge a população do campo, que trabalha diretamente com a produção de alimentos. A não titularização e proteção dos territórios indígenas e quilombolas, o avanço do agronegócio, a falta de acesso à água e a ausência de políticas públicas são os principais fatores que aumentam a insegurança alimentar e estimulam o êxodo rural, que impacta diretamente na superpopulação presente nas cidades. Além disso, as pessoas do campo também enfrentam a diminuição da diversidade de seus sistemas alimentares, por conta do monocultivo, tão incentivado pelas grandes indústrias, ocasionando o desaparecimento de espécies, plantas e animais que antes serviam para a alimentação das comunidades (Castro, 2022).

Fica evidente que na formação social brasileira - passado e presente - o racismo é o alicerce das relações sociais, o escravismo teve a sua função política, econômica, social e cultural, em que a transição dos modelos de produção não prejudicou os interesses das oligarquias, pelo contrário, atendeu-lhes através de uma transição pactuada. O espaço rural, a questão fundiária e os processos produtivos no campo formam a base estruturante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contribuindo para o seu atual modelo econômico agroexportador, impactando o meio ambiente, através do desmatamento da vegetação nativa para o cultivo de monoculturas e criação de gado, enquanto campo e cidade enfrentam cenários de fome. O conjunto articulado destes e outros elementos é o que se conceitua neste trabalho por questão agrária brasileira.

No entanto, ainda é comum o entendimento de que campo e cidade não possuem relações, sendo a questão agrária o oposto da questão urbana, considerados ambientes antagônicos e dissociados. Assim, muitas vezes acredita-se e ideologicamente propaga-se a ideia que apenas os espaços urbanos representam a estrutura capitalista, sendo o agrário a representação do arcaico e a causa de um 'atraso' econômico, que verdadeiramente é causado pelo modelo de capitalismo imperialista, dependente e periférico aqui desenvolvido. Conforme Lusa (2019), a chave para analisar a relação entre campo e cidade é entender a posse da terra – geralmente derivada da propriedade, mas atualmente também advinda dos arrendamentos feitos pelo agronegócio, ou pelos apossamentos de grilagem, entre outros – enquanto capacidade de usar diretamente o solo para gerar renda fundiária, seja por meio da produção agrária – agrícola e/ou agropecuária – ou mesmo por meio da valorização de capital advindo da terra vazia, pois não cultivada e nem ocupada, de que é exemplo o latifúndio improdutivo. Ou seja, a forma como a terra é usada define os lugares e papéis dos sujeitos que nela vivem, repercutindo diretamente na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

utilização dos recursos do meio ambiente e impactando nas cidades, já que a existência de todos os seres depende dessa relação com a terra, do alimento que nela é produzido, como é produzido e para quem é destinado.

O reconhecimento dessa indissociabilidade ainda não é suficientemente trabalhada pelo Serviço Social. Apesar da prevalência da abordagem teórico-metodológica crítica fundamentada no pensamento marxista, muitas vezes a questão agrária é simplificada como uma das diversas expressões da questão social, relacionada à propriedade da terra, à luta pelo seu acesso e outros aspectos particulares de quem vive no espaço rural, desconectados dos processos urbanos e até mesmo da questão racial.

Entende-se que é esta perspectiva crítica de análise, mediada pelas categorias totalidade e historicidade, que possibilita ao Serviço Social identificar o chão da realidade em que o trabalho e a formação profissional se desenvolvem, onde os sujeitos da classe trabalhadora vivem, trabalham e experimentam as expressões da questão social no seu cotidiano. É neste chão da realidade que se encontram as demandas sociais para as políticas públicas e as requisições profissionais para assistentes sociais, que têm por desafio a construção de respostas no âmbito do planejamento, gestão, execução e avaliação de programas, projetos e políticas públicas sociais. Portanto, é condição indispensável o reconhecimento desta realidade na totalidade das suas determinações e das características que a perfilam, considerando, entre outras transversalidades, a agrária, urbana e ambiental.

Por isso, considerando que o perfil generalista e crítico da formação deve conferir as bases para este reconhecimento da realidade, o tópico a seguir irá analisar tal caráter orientado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 1996).

4 O DELINEAMENTO DO PERFIL GENERALISTA E A INDAGAÇÃO SOBRE SUA EFETIVIDADE

Nesta seção do trabalho busca-se discutir como o caráter generalista vai se constituindo como elemento que perfila o projeto de formação profissional. Identifica-se que este perfil contribuiria para a abordagem transversal de aspectos estruturais da sociabilidade na particularidade da formação social brasileira, dentre os quais estão a questão agrária, urbana e ambiental, mas que para ele se efetivar é necessária a articulação indissociável nos diversos elementos base desta formação. O pressuposto é que há dificuldades para a apreensão das

transversalidades. Para tecer esta discussão, neste momento da pesquisa e para fins desta publicação, resgata-se o processo de elaboração das DC, seus elementos centrais e sua base estruturada nos três núcleos de fundamentos da formação.

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social resultam do debate coletivo realizado entre os anos de 1995 e 1996. Um dos momentos chave deste processo ocorreu na discussão sobre o eixo ordenador do trabalho e da formação profissional, que considerava enquanto possibilidades ordenadoras a política social, a proteção social e a questão social. Resultou deste profundo e disputado debate o reconhecimento da 'questão social' como eixo ordenador que concretiza a profissão. A partir dessa base, foram desenvolvidos os núcleos de fundamentação da formação profissional, detalhando os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos necessários para formar um perfil generalista. Assim, a formação de graduação deveria passar a assegurar um perfil preparado para atuar de forma crítica em diversos espaços sócio-ocupacionais, não sendo fragmentado por áreas do saber, como educação, saúde e previdência, já que entende que as expressões da questão social se manifestam na vida cotidiana dos usuários de forma transversal (ABEPSS, 1996).

Netto (1996), ao examinar os efeitos das transformações sociais geradas pelo avanço do capitalismo, indicou que o problema da formação, especialmente no que diz respeito ao perfil generalista, seria insustentável a curto prazo. Ele afirmava que as exigências do mercado estavam demandando cada vez mais profissionais especializados em áreas específicas, por conta do processo de fragmentação do trabalho. Para ele haveria apenas duas possibilidades: ou as exigências do mercado tornariam precocemente obsoleto o perfil proposto, que por este motivo não se efetivaria; ou a formação se consolidaria na contracorrente do mercado, mantendo-se o perfil generalista e remetendo a especialização para a formação pós-graduada.

É crucial observar que, apesar de Netto questionar a viabilidade da formação de profissionais com um perfil generalista, sua análise favorecia essa abordagem. Para ele, somente a formação generalista poderia garantir a compreensão plena do papel da profissão nas relações sociais dentro da ordem capitalista, promovendo o desenvolvimento de uma cultura profissional que contribua para a ruptura dessa ordem societária. Isso se daria por meio do desenvolvimento de habilidades para lidar com as diversas expressões da questão social, baseadas em uma compreensão estrutural de seus determinantes. Assim, o caráter generalista da formação se revela essencial e desejável para o autor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, a questão social se torna o ponto central do Projeto de Formação, que seria sustentado a partir dos núcleos transversais e indissociáveis de fundamentos. Além disso, a própria profissionalização do Serviço Social, entendida como especialização do trabalho coletivo, também é um elemento estruturador, considerando que a prática profissional é direcionada por uma finalidade para ser concretizada pela mobilização dos instrumentais profissionais, cuja principal base são as habilidades e competências desenvolvidas ao longo da formação, utilizando como matéria as diversas expressões da questão social. Esse entendimento confere um caráter histórico, ao tratar o trabalho como um conjunto de ações que definem a função social da profissão enquanto força produtiva, expressão de trabalho improdutivo segundo o pensamento marxiano, indo além de apenas considerar a utilização de instrumentos e execução de técnicas, mas incorporando-os a uma perspectiva que exige uma formação especializada.

A partir destes entendimentos, a ABESS/CEDEPSS (1996) coordenou o processo coletivo de proposição dos três núcleos de fundamentação da profissão, considerando-os como horizontais, complementares entre si e indissociáveis, sendo a separação apenas uma ferramenta didático-pedagógica para evidenciar seus distintos níveis de abstração e não para fragmentá-los. São eles: 1) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e; 3) núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Cada núcleo expressa as múltiplas determinações da totalidade social e, quando articulados entre si, representam um todo complexo que permite a leitura da realidade social e a construção de respostas profissionais concretas. Conforme aponta Teixeira (2019, p. 89-90),

Esse movimento expressa uma análise de totalidade, considera as determinações da vida social na sociedade burguesa, nas condições sócio-históricas no Brasil, na região, na localidade, no município, para se particularizar nas respostas profissionais: na inserção ou não em programas e projetos sociais, no repasse de algum recurso emergencial, no encaminhamento à rede de políticas públicas; e/ou então, na potencialidade política que esse atendimento pode apresentar: no envolvimento da/o usuária/o com movimentos sociais, na organização da sociedade civil, na explicitação dos canais de controle das políticas sociais, entre outros. É nesse sentido que a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação pode permitir a leitura da realidade a partir da teoria social marxista e a construção da intervenção profissional.

Um dos principais desafios na aplicação da análise marxista é a diferença entre compreender a categoria da totalidade em sua forma abstrata, ou seja, a partir dos e nos seus fundamentos teóricos e sua verificação concreta à realidade material da vida cotidiana. Esse distanciamento sugere que há uma fragmentação no processo reflexivo, que vai do real para o abstrato e depois retorna à realidade já pensada. Tal 'fragmentação do processo analítico' resulta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em uma leitura da realidade que é tanto fragmentada quanto parcial. Por efeito, a realidade concreta é dividida em partes isoladas, o que contribui para a separação entre campo, cidade e meio ambiente e, conseqüentemente, para a compreensão restritiva da questão agrária (Lusa, 2012). Cabendo ressaltar que não se trata de um problema exclusivo do Serviço Social, mas vivido pelo conjunto de profissões, pois essa visão fragmentada é crucial para o manutenção da ordem social vigente no país.

Ora, de um lado a discussão até este momento propiciou entender o desenho proposto nas DC (1996). Ela também indicou que o caráter generalista da formação se manteve há mais de duas décadas após a aprovação das Diretrizes Curriculares à despeito das exigências do mundo do trabalho e determinações do mercado. De outro lado, agora será preciso conferir atenção investigativa à efetividade desse caráter, ou seja, entender como se daria a sua concretização como produto do processo de formação, tarefa que permanece aberta para a investigação que ainda está em curso.

3 CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

Os elementos fundamentais para uma abordagem transversal das questões agrárias, urbanas e ambientais estão incorporados nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social implementadas em 1996, mesmo que não sejam explicitamente detalhados. No entanto, o Projeto de Formação Profissional é ambicioso, denso, sua compreensão e, portanto, também a sua efetivação é complexa. Embora conceitos centrais como totalidade, contradição, mediação e historicidade estejam presentes nos Núcleos de Fundamentação, a complexidade das Diretrizes Curriculares – característica que também perfila o método em Marx que lhe confere as bases – desafia a implementação da perspectiva de totalidade nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Muitas vezes, o perfil generalista é tratado como mera retórica, sem que se saiba defini-lo e, mais ainda, operacionalizá-lo.

Além disso, as ruralidades, que englobam diversas formas de vida e organização no campo, necessitam de uma abordagem mais profunda do que a simples visão de que são extensões do espaço urbano, a serem consideradas por aquelas/es a quem o exercício profissional exigir, ou então por aquelas/es que tiverem este interesse específico de pesquisa. A análise sugere que a formação, para que se efetive realmente em seu caráter generalista, deve adotar uma perspectiva mais efetiva de totalidade, com maior transversalidade e adensamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crítico, reconhecendo, de um lado, as particularidades e, de outro, as intersecções entre o agrário, o urbano e o ambiental como espaços constitutivos desta sociabilidade, que precisam ser decifrados a partir da dialética entre singularidades e universalidade. Esta estratégia pode ser efetiva não apenas para superar a lógica dualista e fragmentada entre territórios, processos e sujeitos, mas principalmente pode contribuir para a construção coletiva de um processo de transformação da realidade.

A pesquisa também ressalta a importância de tratar a questão agrária e a questão racial como elementos estruturantes e indissociáveis, e não apenas como expressões isoladas da questão social. Isso exige uma formação capaz de gerar profissionais aptos a compreender a totalidade dos processos históricos e estruturais desta sociabilidade, que moldam a realidade brasileira contemporânea.

Por fim, o desafio da indissociabilidade entre campo e cidade não é exclusivo do Serviço Social, mas reflete uma questão mais ampla enfrentada por todas as áreas do conhecimento em um contexto de fragmentação do saber, que cria lacunas em um campo que poderia ter um impacto significativo na transformação societária.

4 REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Lei de Diretrizes Curriculares. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 01 de junho de 2024.

ABESS/CEDEPSS, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social; Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. In: **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, abr. 1996.

BRASIL. Lei Nº 601, 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutivas do Império**. COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL. Volume 1, P. 307. 1850. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Acesso em 20 de julho de 2024.

BRASIL. Lei Nº 3353, 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil**. COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Parte I. TOMO XXXV., P. 1. 1888. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm Acesso em 20 de julho de 2024.

CASTRO, Franciléia de Paula. **Racismo e sistemas agroalimentares**. 1. ed. Ibirapitanga, BA: CESE, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil, o debate na esquerda 1960 – 1980**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LUSA, Mailiz Garibotti. **O caráter generalista da formação em Serviço Social no Brasil e a abordagem da questão agrária e das ruralidades**. Relatório pós-doutorado em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro: o escravismo tardio**. São Paulo: Editora Anitta, 1994.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI. São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS**. 2019. 331. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/887212.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2024.